



Associação Nacional de Política e Administração da Educação

Posicionamento público contra a militarização das escolas públicas paulistas e a fragilização do sistema estadual de ensino de São Paulo

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), as entidades e organizações e instituições abaixo assinadas vêm a público manifestar seu repúdio ao Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo instituído pela Lei Complementar n. 1.398/2024, que prevê a conversão do modelo de gestão escolar paulista, até então de caráter público e ancorado na carreira docente e em sistema público de ensino, para uma estrutura denominada exógena “cívico” militar ferindo princípios constitucionais e afetando, sobremaneira a organização e gestão das instituições educativas de educação básica.

A proposta fere os princípios constitucionais inscritos no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, dentre os quais, igualdade de condições para acesso e permanência (I), liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento (II), pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (III), gestão democrática do ensino público (VI), restringindo, se não impedindo, a materialização do direito à educação nas escolas públicas do estado de São Paulo na medida em que, ao instituir um modelo pedagógico excludente, naturaliza a desigualdade no atendimento educacional oferecido.

A descaracterização dos processos de organização e gestão escolar e educacional é percebida na interferência da Secretaria de Segurança Pública nos âmbitos pedagógicos e formativos por meio da atribuição de atividades extracurriculares, vinculadas ao “Projeto Valores”, que a partir de 2025 serão ministradas, semanalmente, por militares nas escolas que aderirem ao modelo cívico-militar. Trata-se de ingerência externa, na gestão, organização e dinâmicas pedagógicas das instituições educativas, por profissionais não qualificados para a docência explicitando o cunho ideológico e autoritário da proposta.

A lei de 2024 representa, ainda, um retrocesso nas políticas de formação e na atuação de professores em nosso país, ao restringir a autonomia docente e retirar deste profissional a responsabilidade pelo planejamento e execução de atividades didático-pedagógicas, as quais se constituem o cerne de sua profissão.

Para além dos limites e contornos político-pedagógicos, indaga-se a origem dos recursos que financiarão o referido projeto. Importante situar que, de acordo com o artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 de 1996, o recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino previstos no artigo 212 da Constituição Federal vigente poderão ser destinados à “remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação”, o que, obviamente, não inclui militares.

Indagamos também sobre a previsão de que as escolas selecionadas para este modelo poderão compor o Programa de Parcerias Público Privada (PPP)[1], modelo de concessão por até 25 anos da gestão e infraestrutura das escolas para organizações privadas que vencerem um leilão. De acordo com a minuta do Edital, a regra para anunciar o vencedor da disputa se pauta no “menor preço” indicando que a qualidade pouco importa e abrindo a possibilidade para qualquer agente privado disputar o “negócio”. A PPP para a educação paulista, desenhada pelo BNDES e FGV, prevê o aporte de cerca de R\$ 1,2 bilhão nos três primeiros anos.

Em vista do cenário sumariado anteriormente, as organizações, entidades e fóruns abaixo assinados, mais uma vez se manifestam[2] e advogam a gestão democrática do ensino público, gratuito, com gestão pública, laico e estatal, democrático e de qualidade social, bem como a valorização dos profissionais da educação de São Paulo e o efetivo exercício de participação estudantil, repudiando, veementemente, o projeto de gestão das escolas cívico militares e seus desdobramentos que colocam em risco, a autonomia do sistema educativo paulista, suas instituições e profissionais e o acesso a todos e todas a uma educação em condições de qualidade equitativa. O

modelo de organização educacional proposto impacta não apenas a organização e a gestão democrática da educação paulista, mas, também, o Estado Democrático de Direito no qual se assenta a República Federativa do Brasil.

São Paulo, junho de 2024

[1] Ver manifestação contrária a esta medida em:

https://anpae.org.br/website/documentos/Nota-LeilaoEscolasSaoPaulo_2024.pdf

[2] Ver primeira nota em:

<https://www.cedes.unicamp.br/noticias/nota-de-repudio-escolas-civico-militares-em-sp>

Assinam este posicionamento:

Associação Cidadania do Novo Milênio

Associação de Especialistas da Educação do Quadro do Magistério da Rede Municipal de Campinas – ASSEMEC

Associação de Pós-Graduandos da Faculdade de Educação da Unicamp – APG/FE/Unicamp

Associação de Professores/as de Filosofia Filósofos/as do Brasil – APROFFIB

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE

Avaliação e Relações Escolares – Ares IFSP

Campanha Nacional pelo Direito à Educação – Campanha

Centro de Estudos e Pesquisas Edgar Morin - CEPEN

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec

Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES

Diocese de Santo André - CNLB

Federação Estadual dos Trabalhadores em Educação – FETE/SP

Fórum de Educação de Jovens e Adultos do estado de São Paulo – FEJA SP

Fórum Estadual de Educação da Bahia

Fórum Municipal de Educação de Santo André

Fórum Municipal de Educação de Sumaré SP

Fórum Regional de Educação do ABCDMRR – FRE ABCDMRR

Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar – Gepege

Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração Escolar – Gepae

Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação, Economia e Políticas Educacionais – Deep

Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – GREPPE

Grupo de Pesquisa Carta Da Terra

Grupo de Pesquisa em Avaliação de Políticas Educacionais – GPAPE

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade – GPPES

Grupo Escola Pública e Democracia – GEPUD

Observatório de Ensino de Ciências

Observatório Paulista de Ensino de Ciências – OPEC

Rede Escola Pública e Universidade

Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação – RePME

Rede Universitas

Setorial de Educação do PT de São Bernardo do Campo

Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal – Sind-Proifesp

Sindicato dos Professores e Magistério do Estado de São Paulo – APEOESP

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André – SINDSERV Santo André

Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo – APASE

União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, seccional São Paulo – UNCME/SP

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB